

Fontes de informação: a luta pelo poder no campo jornalístico

Vicente William da Silva Darde¹

Resumo: O discurso jornalístico é construído a partir do embate de diversas vozes presentes no texto. Entendemos que na construção da notícia, a negociação entre fontes de informação e jornalistas é preponderante na visibilidade dos sujeitos no espaço público. A seleção das vozes presentes no discurso irá determinar os enquadramentos na luta simbólica em torno do processo de construção de sentidos. Utilizamos os conceitos de polifonia e dialogismo para compreendermos a notícia como um produto resultado da interação entre os diversos sujeitos inseridos no processo.

Palavras Chave: Jornalismo, discurso, fontes de informação, notícia, polifonia.

Abstract: The journalistic discourse is built from the clash of different voices in the text. We understand that the construction of the news, trading between information sources and journalists is preponderant visibility of the subjects in the public space. The selection of voices within the discourse will determine the frameworks in the symbolic struggle around the process of meaning construction. We use the concepts of polyphony and dialogism to understand the news as a product result of the interaction between the various subjects included in the process.

Keywords: journalism, speech, sources of information, news, polyphony.

Introdução

O jornalismo é, em nossa concepção, um discurso que deve representar a diversidade de pensamento da sociedade contemporânea, considerando-se a natureza pública e o compromisso social do campo jornalístico. Um dos principais deveres do jornalismo é o de explicitar as formas de injustiça e opressão, e só conseguirá atingir tal objetivo buscando dar voz àqueles que estão à margem da sociedade.

Da ação que constitui o fato à publicação e circulação do texto jornalístico na sociedade há uma dimensão na qual diversos conceitos, como a verdade e a objetividade, são frequentemente questionados dentro e fora do meio acadêmico. Afinal de contas, a notícia é escrita a partir do olhar subjetivo de uma pessoa (ou mais de uma, em muitos casos). Se o texto é redigido a partir do ponto de vista de alguém sobre o fato acontecido, de que forma se legitima o discurso jornalístico? De que forma se dá o processo de transformação do fato em texto jornalístico, ou, ainda mais especificamente, quais são as características de um fato para que seja transformado em notícia?

As teorias construcionistas² argumentam que é difícil distinguir entre a realidade e as notícias, pois justamente as notícias ajudam a construir a própria realidade. Defendem também que a linguagem não é neutra, por isso não pode ser transmissora direta do significado de um determinado acontecimento. Esse paradigma se baseia em fatores de ordem econômica e organizacional para entender a notícia como uma forma de construção da realidade.

¹ Jornalista graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em Comunicação e Informação e doutor em Comunicação e Informação pela mesma universidade. Atualmente é coordenador do curso de graduação em Rádio, TV e Vídeo do FIAM-FAAM Centro Universitário e jornalista no Grupo Bandeirantes de Comunicação em São Paulo. Trabalha com ênfase em Jornalismo Impresso, Televisão e Internet, atuando nos seguintes temas: Saúde, Cidadania, Cultura, Economia e Agronegócio. E-mail: vicentedarde@terra.com.br.

² Traquina (2004) explica que as teorias construcionistas (estruturalista e interacionista) surgem nos anos 70, com a emergência de um paradigma que é totalmente oposto à perspectiva das notícias como 'distorção' e que também põe em causa diretamente a própria ideologia jornalística e a sua teoria das notícias como espelho da realidade.

A partir do paradigma das notícias como construção social, emergem duas novas teorias – estruturalista e interacionista. Para ambas as teorias, como afirma Traquina (2004, p.173), “[...] as notícias são o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização.” Como consequência disso, a interação entre jornalistas e fontes de informação faz das notícias uma ferramenta importante do governo e das autoridades estabelecidas, e as notícias tendem a apoiar as interpretações oficiosas dos acontecimentos. Nos estudos já realizados sobre a cobertura da Aids pela mídia, é comprovado o domínio de fontes oficiais³ em detrimento das pessoas que vivem com a doença.

Por outro lado, a teoria interacionista defende que o papel dominante das fontes oficiais não é automático, e sim resultado de uma ação estratégica. Assim, a posição dominante das fontes oficiais é uma conquista. Traquina (2004) lista quatro recursos que as fontes devem possuir para impor seus acontecimentos na agenda dos jornalistas e determinar seus enquadramentos na luta simbólica em torno do processo de construção de sentido: o capital econômico; o capital institucional, ou seja, o grau de institucionalização da fonte; o capital sociocultural, na forma de autoridade, “saber” e credibilidade; a estratégia e as táticas de comunicação.

No entanto, se as fontes de informação se apóiam na representatividade, credibilidade e autoridade para “negociar” com os jornalistas os significados de um acontecimento, o profissional da comunicação deve ter a capacidade de selecionar a informação de acordo com critérios jornalísticos e saber cultivar as fontes. Como enfatiza Jorge Pedro Sousa (2005, p.49), “[...] as informações que uma fonte disponibiliza ao jornalista devem ser enquadradas e tratadas sem adulteração, mas também devem ser, por princípio, verificadas.” Principalmente quando a notícia trata de situações que envolvem interesses de várias partes.

Negociação entre fontes de informação e jornalistas

A relação entre fontes de informação e jornalistas é, muitas vezes, uma relação de luta e negociação, marcada por uma disputa geralmente desigual entre os diversos tipos de fontes. As rotinas de trabalho, os critérios de noticiabilidade e outros constrangimentos profissionais transformaram o acesso ao campo jornalístico um bem estruturado socialmente. Segundo Philip Schlesinger (1978), as fontes não são todas iguais e todas igualmente relevantes, assim como o acesso a elas e o seu acesso aos jornalistas não está uniformemente distribuído.

Na realidade, fontes, jornalistas e público coexistem dentro de um sistema que se assemelha mais ao jogo da corda do que a um organismo funcional inter-relacionado. No entanto, os jogos da corda são decididos pela força: e as notícias são, entre outras coisas, o exercício do poder sobre a interpretação da realidade. (GANS, 1979, p.81).

A existência de jornalistas e fontes de informação com vários níveis de autoridade e acesso em um processo dinâmico também é defendida por Santos (2004).

³ A partir do diálogo de nossa pesquisa com estudos já realizados sobre fontes de informação em HIV/Aids, tomamos por base a classificação de fontes em oficiais (fontes mantidas pelo Estado, por instituições e organizações governamentais), não-oficiais (fontes desvinculadas de uma relação de poder) e fontes anônimas (pessoas a quem o jornalista atribui opiniões, sem ser revelada a identidade). Outras classificações poderiam ser utilizadas neste trabalho, mas o objetivo da pesquisa não é o de estabelecer uma tipologia de fontes, e sim verificar o movimento de legitimação de determinadas fontes e o silenciamento de outras.

O autor desenvolve o conceito de campo de notícia, no qual se estabelece a complexidade da interação dos agentes sociais envolvidos na construção da notícia. Santos reformula os conceitos de campo jornalístico, de Bourdieu (1997), e campo estruturado, de Schlesinger (1990). No conceito de campo jornalístico opõem-se dois pólos: os jornais que propõem análises, comentários e valores, chamados de pólo intelectual, e os jornais que oferecem notícias sensacionalistas e visam à venda e às audiências, denominadas pólo comercial. Schlesinger vai destacar as fontes de informação inseridas em um campo no qual se estabelece a luta pelo acesso aos meios de comunicação.

No campo estruturado, as fontes de informação se utilizam de diversos recursos possíveis dentro de um quadro de constrangimentos e desafios. No conceito desenvolvido por Santos (2003, p.19), “[...] campo de notícia é um espaço de relações sociais em torno de um *enjeu* ou desafio com ganhos e perdas por parte dos agentes intervenientes.” Desta forma, como define o autor, constrói-se um campo de luta sujeito ao conflito e à negociação entre jornalistas e fontes de informação.

As relações estabelecidas entre jornalistas e fontes dependem do peso da informação fornecida, da confiança depositada pela fonte no jornalista e do tempo disponível para a elaboração da notícia. A seleção e o cultivo de fontes de informação estão relacionados diretamente aos constrangimentos temporal, espacial e organizacional que o jornalista enfrenta na rotina de produção das notícias. Santos (2003, p.43) explica que o jornalista aceita melhor as fontes oficiais, porém elas nem sempre dão a resposta pretendida de imediato:

Primeiro, porque há que ponderar a altura certa para divulgar a resposta. Segundo, porque não se tem a certeza total da eficácia da informação e se espera que outros agentes se pronunciem sobre o assunto. Terceiro, porque à fonte oficial nem todos os jornalistas ou meios noticiosos interessam. A escolha destes é feita com critério pela fonte, tendo em conta o prestígio do jornalista ou do jornal.

Lorenzo Gomis (2004) ressalta que os meios de comunicação estão tecnicamente interessados em entrar em contato com as fontes oficiais, assim como as fontes são interessadas em que alguns fatos sejam conhecidos, seja por meio de uma comunicação direta de notícias ou por uma programação habitual de atividades. “O acordo entre o meio que precisa de notícias e a fonte que deseja que se saiba algum fato passa pelo conceito de notícia.” (GOMIS, 2004, p.103). Isto porque, se a fonte prova que tal fato deve ser notícia, ou melhor, possui os critérios jornalísticos de noticiabilidade, não se supõe que o meio de comunicação torne pública essa informação para favorecer ou prejudicar a imagem de alguém, mas simplesmente porque é um fato que interessa à sociedade conhecer.

Molotch e Lester (1993) estão entre os primeiros a dedicar maior atenção às fontes emissoras, tendo como ponto de partida o conceito de promotor. O acontecimento, explicam os autores, possui três níveis de categorias: primeiro, aparecem os promotores, interessados em divulgar certos acontecimentos para uso público e impedir certas ocorrências de atingir o grau de acontecimentos; segundo, os jornalistas, que, recebendo o material dos promotores, transformam as ocorrências em acontecimentos públicos através da publicação ou emissão; terceiro, os leitores, que

observam os acontecimentos tornados visíveis pelos meios de comunicação e criam na sua mente um sentido de tempo público⁴.

A importância das fontes de informação na construção da notícia é indiscutível dentro do campo jornalístico. Traquina (1993) propõe também três considerações sobre a importância das fontes de informação no trabalho jornalístico: o relacionamento entre jornalista e fonte é sagrado e protegido pela lei; fontes não são desinteressadas, por isso é preciso que provem sua credibilidade; e quanto mais alta é a posição do informador, mais credível é a fonte de informação.

O imprescindível nesta relação de troca que se estabelece entre as partes é que o jornalista obedeça algumas regras inerentes à prática do jornalismo, como a contrastação de fontes. Em muitos casos, os constrangimentos provocados pelo horário de fechamento da edição do jornal, programa de TV ou rádio, por exemplo, levam o profissional a confiar piamente em apenas uma versão do fato. Silvana Dalmaso (2002, p.9) explica que “[...] atualmente, muitas vezes são eleitas fontes de informação oficiais e oficiosas que passam a consagrar-se como a ‘voz da sociedade’, escondendo ou suprimindo publicamente conflitos sociais.” A procura pelas fontes oficiais também passa pelo conceito da representatividade.

As fontes oficiais por representarem instituições de poder e exercerem também certo controle e responsabilidades são as primeiras a serem procuradas pelos jornalistas, ficando em segundo plano os representados, os que não têm a influência de uma autoridade, os que não possuem um cargo representativo. (DALMASO, 2002, p.11).

Há, portanto, um conjunto de razões, como afirma Mauro Wolf (2003), que levam as fontes não-oficiais a terem pouco ou nenhum espaço para sua representação junto à opinião pública. Essas razões são determinantes na elaboração do discurso jornalístico, que, por sua vez, irá influenciar na maneira como a sociedade se apropria dos acontecimentos.

A visibilidade e a especialização têm contribuído para o acesso das fontes não oficiais aos meios de comunicação. Segundo Santos, as fontes não oficiais têm aumentado seu campo de manobra, no sentido da criação de agendas próprias. “Para além das fontes oficiais, os jornalistas necessitam de outras fontes, que fornecem ângulos diferentes às histórias e levam à construção de notícias escandalosas e dramáticas.” (SANTOS, 2003, p.45). O interesse de jornalistas especialistas em cobrir as contradições de idéias e projetos alternativos também colabora para o acesso dos grupos com poucos recursos à mídia.

Neste sentido, o estudo das fontes de informação tem constituído um aspecto central da pesquisa sobre jornalismo. Antes de chegarem à sociedade, as informações provenientes das fontes são submetidas a um processo de enquadramento, que irá contribuir para a construção de um significado. Cabe, assim, esclarecer os tipos de fontes consultadas e quais ficaram de fora.

As vozes presentes no discurso jornalístico

A partir da observação dos sujeitos que constituem o discurso jornalístico – a empresa, o jornalista e as fontes que estão presentes na notícia⁵ – verificamos que o

⁴ Santos (2003) critica essa teoria no momento em que não esclarece o papel do jornalista na aceitação e divulgação do acontecimento proposto pela fonte. Também não se sabe qual o acesso de grupos dissidentes na divulgação de uma ocorrência.

texto é composto por diversas vozes – sujeitos do enunciado. Mikhail Bakhtin (1979), que influenciou os estudos da linguagem a partir das idéias de polifonia e dialogismo, defende que o discurso se tece polifonicamente, num jogo de várias vozes cruzadas, complementares, concorrentes, contraditórias.

Para o autor, o dialogismo é a condição do sentido do discurso. O princípio dialógico decorre da interação que se estabelece entre os sujeitos no texto. Desta forma, o texto também é entendido como o objeto dos estudos da linguagem, além do sujeito. Ao tratar do dialogismo, Bakhtin dividiu-o em dois planos: o diálogo entre interlocutores e o diálogo entre discursos.

Para Bakhtin, a interação entre interlocutores é o princípio fundador da linguagem. Neste caso, o sentido do texto e a significação das palavras dependem da relação entre sujeitos. O autor defende assim que a intersubjetividade é anterior à subjetividade, pois a relação entre os interlocutores não apenas funda a linguagem, mas também constrói os próprios sujeitos produtores do texto. No campo jornalístico, o conceito de intersubjetividade vem reforçar a visão do paradigma construcionista de que a notícia é um produto resultado da interação entre os diversos sujeitos inseridos no processo.

Assim, como o discurso não é produzido individualmente, porque se constrói entre pelo menos dois interlocutores, também é fruto da relação entre outros discursos. Como lembra Diana Barros (1997, p. 34), o dialogismo de Bakhtin “[...] define o texto como um ‘tecido de muitas vozes’, ou de muitos textos ou discursos, que se entrecruzam, se completam, respondem umas às outras ou polemizam entre si no interior do texto.”

Os textos são diálogos porque resultam do embate de muitas vozes, mas o efeito produzido não é necessariamente o de polifonia. Por isso, é necessário distinguir dialogismo e polifonia, como faz Barros (1997, p.35): “[...] nos textos polifônicos, os diálogos entre discursos mostram-se, deixam-se ver ou entrever; nos textos monofônicos, eles se ocultam sob a aparência de um discurso único, de uma única voz.” Sem polifonia, a partir da perspectiva de Oswald Ducrot (1987), estamos diante de um discurso falsamente plural. Podemos, por exemplo, dar voz a diversas fontes em uma reportagem, e mesmo assim o sentido do enunciado ser monofônico, pois todos os sujeitos enunciam sob a mesma perspectiva.

Retomando o conceito de Bakhtin e operando-o em um nível lingüístico, Ducrot mostra como, mesmo em um enunciado isolado, é possível detectar mais de uma voz. Como o próprio autor definiu, seu trabalho consiste em substituir o pressuposto da unicidade do sujeito falante, apenas questionada a partir do momento em que Bakhtin elaborou o conceito de polifonia. Para identificar o caráter monofônico ou polifônico do discurso, Ducrot diferencia locutores e enunciadores. O locutor é o sujeito que fala e que pode ser identificado como o responsável, ao menos imediatamente, pelo enunciado.

Por definição, entendo como locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. É a ele que refere o pronome *eu* e as outras marcas da primeira pessoa. [...]

⁵ Para mapear as vozes que constituem o discurso jornalístico, entendemos que o locutor pode se apresentar de diversas formas, que não são apenas as das fontes de informação explícitas ou em *off*. O jornalista que assina, o jornalista que escreve sem assinar, mas que repassa a identificação imediata ao veículo, o leitor que assina uma carta e o articulista que assina um artigo também são sujeitos constituintes do discurso.

o locutor, designado por *eu*, pode ser distinto do autor empírico do enunciado, de seu produtor – mesmo que as duas personagens coincidam habitualmente no discurso oral. Há de fato casos em que [...] o autor real tem pouca relação com o locutor, ou seja, com o ser, apresentado, no enunciado, como aquele a quem se deve atribuir a responsabilidade da ocorrência do enunciado. (DUCROT, 1987, p. 182).

A complexidade maior recai sobre o estudo dos enunciadores. Segundo Ducrot, pode acontecer de o sentido do enunciado fazer surgirem vozes que não são as de um locutor, mas de enunciadores, seres dos quais a enunciação⁶ expressa o ponto de vista, a posição, a atitude, mas não necessariamente as palavras. Desta forma, o locutor é quem fala, o enunciador é aquele “a partir de quem se vê”. Como explica Machado (2005, p.13), “[...] o enunciador deve ser identificado, na análise de vozes, como a perspectiva a partir da qual o enunciador enuncia. Essa perspectiva está diretamente associada a uma posição de sujeito, conformada também por inscrições culturais, sociais e históricas.”

Em uma análise de como essas vozes se constituem no discurso jornalístico, podemos pensar em uma reportagem, por exemplo, com quatro fontes consultadas. Em princípio, teríamos cinco locutores (o repórter e as fontes), o que nos levaria a concluir que o texto é polifônico. No entanto, é preciso também, em uma segunda instância, analisar as perspectivas de enunciação. Se todos os locutores enunciarem sob a mesma perspectiva, apenas complementando-se uns aos outros, podemos dizer que configuram um único enunciador. Teríamos, assim, um texto aparentemente polifônico, constituído por cinco vozes diferentes, que na verdade é monofônico, pois possui um único enunciador.

Uma situação oposta também é possível, quando um mesmo locutor se posiciona de diversas perspectivas em um mesmo discurso, e o que seria um texto monofônico pode ser, na verdade, polifônico. “Embora pareça estranho, este é o tipo de movimento de vozes presente em alguns editoriais, por exemplo, quando a empresa jornalística não quer se posicionar claramente.” (MACHADO, 2005, p.14).

O discurso jornalístico, considerado como uma modalidade de *discurso sobre* (no qual o jornalista busca relatar a verdade), atua na institucionalização social de sentidos, como defende Bethania Mariani (1998, p.61-62):

Fazendo crer que apresenta os fatos tais como são, com uma linguagem isenta de subjetividades, o discurso jornalístico atua à semelhança de um discurso pedagógico em sua forma mais autoritária [...] No discurso jornalístico mascara-se um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si.

O contrato de leitura que se estabelece entre jornalistas, fontes e leitores é necessário para compreendermos o funcionamento do discurso jornalístico. Como explica Machado (2005, p.08), “[...] um contrato é firmado social e simbolicamente sobre normas que definem os papéis dos interlocutores e os deveres, permissões e

⁶ Ducrot (1987, p.168) designa por enunciação “[...] o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado.” O autor escolhe uma definição da enunciação que não contenha necessariamente uma fonte como seu autor, como, por exemplo, as “enunciações históricas”, nas quais o sentido dos enunciados não exige nenhum autor de sua fala. Para Ducrot, certas enunciações não aparecem como produto de uma subjetividade individual, não atribuindo a nenhum locutor a responsabilidade de sua enunciação.

interdições concernentes a cada um.” No jornalismo, o contrato de leitura se mantém a partir dos pressupostos de que o jornalista não mente, só recorre a fontes credíveis e cruza fontes e versões, entre outros. Mesmo que seja ilusória, a credibilidade dos jornalistas e das fontes envolvidas no processo da construção da notícia é que contribuirá para não abalar o contrato firmado com o leitor.

A noção de ilusão discursiva, criada por Michel Pêcheux, como lembram Marcia Machado e Nilda Jacks (2001), também é determinante na verificação da relação dos jornalistas com as fontes da informação.

É comum que o jornalista se utilize não só da visão sobre a realidade fornecida pelas fontes, mas também de suas expressões. Em muitos momentos, assume as perspectivas de enunciação de outros pensando serem as suas. No momento em que produz o texto, considera-se dono deste discurso, seu autor. (MACHADO; JACKS, 2001)⁷.

As autoras lembram ainda que o esquecimento é parte constitutiva da ação discursiva do sujeito e confirma a noção de que todo discurso é o encontro de muitas vozes – não apenas as que falam em nome do sujeito, mas também as que não falam. A partir da enunciação é que se define o discurso jornalístico. Partindo dessa premissa, podemos mostrar o que no jornalismo impresso permanece oculto, quem fala e a partir de que posição ideológica.

A produção do discurso se faz na articulação de dois grandes processos, definidos por Eni Orlandi (1993) como processo parafrástico e processo polissêmico. O processo parafrástico é o que permite a produção do mesmo sentido sob várias formas, e o processo polissêmico é o responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos diferentes. “Esta tensão entre o mesmo e o diferente é que constitui as várias instâncias da linguagem. Uma consequência da distinção desses dois processos é a diferença entre criatividade e produtividade.” (ORLANDI, 1993, p.20). A produtividade se dá pela obtenção de variados elementos através de operações que são sempre as mesmas e que procuram manter o que está instituído. Já a criatividade instaura o diferente na linguagem, na medida em que cria novas formas, novos sentidos, podendo realizar uma ruptura com o *status quo*.

Para a análise dos produtos discursivos resultados da interlocução, Orlandi elaborou uma tipologia de discursos a partir da interação dos sujeitos e a relação de polissemia e paráfrase, dividida em autoritário, polêmico e lúdico. O tipo autoritário é o que tende para a paráfrase (o mesmo) e em que se procura conter a reversibilidade. O tipo polêmico apresenta um equilíbrio entre polissemia e paráfrase, em que a reversibilidade é disputada pelos interlocutores, havendo a possibilidade de mais de um sentido. Já o tipo lúdico tende para total polissemia, em que a reversibilidade é total.

Esses conceitos são importantes para identificar os sentidos nas enunciações e, assim, verificar se o discurso é polifônico ou monofônico. Berger (1998, p.188) defende que “[...] o discurso jornalístico é duplamente polifônico (composto de múltiplas vozes), indicando um potencial polissêmico (possibilidades plurais de sentido) que, no entanto, tende à paráfrase (ao mesmo), inscrevendo-se no tipo autoritário.”

O jornalismo, entendido como construtor de sentidos sobre a realidade, é um discurso que deve representar a diversidade de pensamento da sociedade contemporânea. Deste modo, apenas a pluralidade de perspectivas de enunciação pode

⁷ Documento eletrônico.

configurar o jornalismo como um campo representativo dessa complexa estrutura social na qual estamos inseridos. Por trás de aparentes polifonias, a partir da verificação de múltiplos locutores, muitas vezes escondem-se discursos essencialmente monofônicos, o que vai de encontro ao compromisso social do campo jornalístico.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Unicamp, 1997.
- BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- DALMASO, Silvana C. **Fontes de informação jornalística: Natureza e implicações**. Salvador: Intercom, 2002. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/2002/comunicacoes/COMUNICACOES_DALMASO.pdf> Acesso em 20 mai. 2005.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- GANS, Herbert. **Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. Nova Iorque: Pantheon Books, 1979.
- GOMIS, Lorenzo. **Teoria del periodismo: como se forma el presente**. Barcelona: Paidós, 2004.
- MACHADO, Marcia Benetti. **Jornalismo e Análise do Discurso: método para estudo das vozes**. Anais do III Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2005.
- MACHADO, Marcia Benetti; JACKS, Nilda. **O discurso jornalístico**. Brasília: Compós, 2001. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2001/machado_jacks2001.rtf> Acesso em 20 abr. 2005.
- MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.
- MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- SANTOS, Rogério. **Jornalistas e fontes de informação: a sua relação na perspectiva da sociologia do jornalismo**. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2003.
- SCHLESINGER, Philip. **Putting 'reality' together**. Londres e Nova Iorque: Methuen, 1978.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Jornalismo Impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.
- TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.
- _____. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 2003.

Recebido para publicação em 13-10-13; aceito em 16-11-13